



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



JOBSON FERREIRA DE SOUZA

**ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO NO COMBATE AO TRÁFICO
DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS**

GOIÂNIA-GO

2024

JOBSON FERREIRA DE SOUZA

**ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO NO COMBATE AO TRÁFICO
DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Dr. Patrick Barros Barbosa

GOIÂNIA-GO

2024

ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO OSTENSIVO NO COMBATE AO TRÁFICO DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS

OSTENSIVE POLICE STRATEGIES IN COMBATING TRAFFICKING IN ILLICIT SUBSTANCES

Jobson Ferreira de Souza¹

Patrick Barros Barbosa²

Resumo

O tráfico de substâncias ilícitas é frequentemente apontado como um dos principais problemas enfrentados pela segurança pública na atualidade. Isto porque a sua prática dá margem à outras atividades ilícitas e reflete diretamente na forma como a criminalidade se desenvolve. Partindo deste contexto, esta pesquisa possui o objetivo geral de analisar as principais questões que envolvem o tráfico de substâncias ilícitas e a atuação da Polícia Militar neste cenário. A metodologia se baseia em uma pesquisa de campo onde foi possível através da aplicação de questionários, compreender a percepção de policiais militares da ativa do Estado de Goiás sobre as estratégias adotadas pelo policiamento ostensivo no combate ao tráfico. Os resultados apontaram que é de grande importância que as ações ostensivas devem se basear em mecanismos que não apenas desestimulem a prática deste tipo de crime, mas que possam prevenir e conscientizar a população sobre os riscos que o consumo e o tráfico de drogas podem proporcionar à vida.

Palavras-chave: Criminalidade; Drogas; Goiás; Polícia Militar.

Abstract

Trafficking in illicit substances is often highlighted as one of the main problems facing public security today. This is because its practice gives rise to other illicit activities and directly reflects on the way in which crime develops. Based on this context, this research has the general objective of analyzing the main issues involving the trafficking of illicit substances and the role of the Military Police in this scenario. The methodology is based on field research where it was possible, through the application of questionnaires, to understand the perception of active military police officers in the State of Goiás about the strategies adopted by overt policing in the fight against trafficking. The results showed that it is of great importance that overt actions must be based on mechanisms that not only discourage the practice of this type of crime, but that can prevent and raise awareness among the population about the risks that drug consumption and trafficking can pose to the population. life.

Keywords: Crime; Drugs; Goiás; Military police.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, E-mail: jobsonferreiradesouza2010@gmail.com. Telefone: (62) 98504-0189.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Administração e Especialista em Segurança Pública.

1 INTRODUÇÃO

O policiamento ostensivo é atribuição da polícia militar dada diretamente pela Carta Magna de 1988, a constituição cidadã, lá em seu artigo 144 que aduz em seu parágrafo 5º “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública (...)” (Brasil, 1988). Desde antes da publicação desse documento jurídico já cabia aos militares executarem tal função que só foi se aprimorando ao longo do tempo.

A realização de um policiamento ostensivo efetivo se dá por meio de ações previamente definidas com a finalidade de atender as demandas de um determinado local. Desta forma, a adoção de estratégias específicas é um importante fator dentro das ações de policiamento ostensivo. Deve-se, portanto, realizar a construção de um adequado planejamento a fim de que as condutas possam, de fato, promover bons resultados nas ações de policiamento. Partindo desta premissa, o presente trabalho buscará enfatizar a real importância do policiamento ostensivo da atividade policial para a sociedade (Marcineiro *et al.*, 2002).

O policiamento ostensivo pode se deparar com diversos problemas no dia a dia e tentar prever essas situações acarretará em um trabalho policial mais efetivo com o mínimo de dano possível. Por isso é importante entender como é a dinâmica atual desta atividade e os riscos enfrentados atualmente para que se chegue a medidas que preserve a vida do policial militar quando investido do dever de realizar esse comando.

A característica principal deste tipo de policiamento é a caracterização de viaturas, uniformes, equipamentos e distintivos de fácil identificação dos agentes por parte da população. Dessa forma é seguro dizer que é uma via de mão dupla em que a presença policial inibe a ação do infrator ao mesmo tempo que se torna vulnerável ao ataque de criminosos em ambientes cheios de pessoas.

Diante dos aspectos evidenciados, a presente pesquisa visa analisar o policiamento ostensivo no combate ao tráfico de substâncias ilícitas com a finalidade de apontar os mecanismos desta prática no contexto militar além dos riscos envolvidos dentro serviço policial. É essencial que neste cenário se possa identificar as principais estratégias empregadas assim como a eficácia destas para a segurança pública. Deve-se considerar a importância dos recursos empregados e a efetividade dos mesmos na rotina do trabalho policial (Bezerra; Da Silva, 2022).

A pesquisa possui como objetivo geral analisar as principais questões que envolvem o tráfico de substâncias ilícitas e a atuação da Polícia Militar neste cenário. Os objetivos

específicos se baseiam em compreender como se dá a inserção da juventude no mundo da criminalidade por meio do contato com as drogas; identificar os fatores que compreendem a segurança pública e o combate ao tráfico de substâncias ilícitas e; verificar a percepção de policiais militares lotados no Estado de Goiás sobre a importância das ações ostensivas no combate ao tráfico de substâncias ilícitas. Desta forma, a metodologia trata-se de uma revisão de literatura associada à pesquisa de campo em que profissionais da Polícia Militar do Estado de Goiás serão interpelados sobre as ações de policiamento voltadas para o combate ao tráfico de substâncias ilícitas.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 O PROBLEMA DAS DROGAS NA JUVENTUDE BRASILEIRA

De acordo com Kaplan et al. (1998), o consumo de substâncias ilícitas é considerado o meio pelo qual a inserção na criminalidade ocorre. Isto porque a manutenção do vício requer recursos financeiros e na ausência destes, o indivíduo acaba sendo estimulado à prática criminosa e infrações que vão ocorrendo no decorrer do tempo e se tornando cada vez mais graves. Ainda segundo os autores supracitados, é comprovado que indivíduos que passaram por situações de abusos estão vulneráveis ao vício.

A dependência de álcool é considerada como um importante aspecto que decorre da relação familiar desestruturada. Com isso, famílias que encontram-se separadas e não possuem atividades em comum favorecem o surgimento da adoção de substâncias ilícitas como forma de superar as carências familiares. Diante disso, a principal consequência está em condutas que envolvem a violência bem como crimes graves que são resultado do consumo de substâncias ilícitas (Guiot *et al.*, 1999).

De acordo Pereira e Sudbrack (2008) importante ressaltar que a prática de crimes, por vezes é influenciada pela potencialização da coragem resultante das drogas consumidas. Assim, a relação entre o consumo de substâncias ilícitas e a criminalidade é um fator comum sendo a droga uma justificativa frequente para que os delitos venham a ser praticados. Por vezes a droga é apontada como uma estratégia que permite a isenção de jovens da responsabilidade dos delitos praticados.

De acordo com dados obtidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA) existem em média 10 mil adolescentes na condição de cumprimento de pena. Esta se refere à privação da liberdade onde cerca de 85,6% são classificados como usuários de drogas além de fazerem

o consumo de maconha em sua grande maioria, seguido por álcool e cocaína (De Souza Castro; Guareschi, 2007).

Ainda segundo informações do Ipea (2015), existem aspectos como a cor de pele e raça que são apontados como fatores em comum na prática de atos infracionais. Dentre estes, as questões raciais por vezes são consideradas requisitos para a definição de comportamentos ilícitos dentro de determinadas situações. Outro aspecto em comum está na baixa escolaridade e na evasão escolar.

Somente no ano de 2002, cerca da metade dos jovens que possuíam medida socioeducativa bem como internação encontravam-se fora da sala de aula. Do indivíduos presos, cerca de 6% do total foram considerados analfabetos. De maneira específica, quase 90% daqueles que encontravam-se em situação de internação não finalizaram o Ensino Fundamental mesmo com idades entre 16 e 18 anos. Esse processo impacta diretamente na capacidade de comunicação, organização e relacionamentos contribuindo ainda mais para que a frustração seja apontada como causa essencial da evasão escolar nesta faixa etária (Silva; Guerese, 2003).

Diante disso, percebe-se a importância de se considerar uma abordagem mais direcionada ao adolescente. Isto reflete diretamente nas ações delineadas no decorrer do tempo e que passaram a se basear na necessidade de criação de políticas públicas mais específicas para esta faixa etária. Com isso, a segurança pública passou a adotar estratégias que se direcionaram a formas efetivas de tornas as medidas socioeducativas como recursos prioritários na recuperação do adolescente. Logo, a ampliação de escolas e programas educacionais e profissionalizantes se mostraram como uma importante resposta à esta demanda (Faleiros; Faleiros, 2007).

Com o passar do tempo, o Código de Menores passou a ser analisado com a finalidade de aprimorar a legislação vigente entre os anos 60 e 70. Já na década de 1980 a infância e juventude foram apontados como temas que demandavam discussões a fim de que os direitos da criança e do adolescente pudessem ser devidamente preservados no decorrer do tempo (Faleiros; Faleiros, 2007).

Com isso, foram criadas das Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude no ano de 1985. Através destas, foram ampliadas as estratégias necessárias para que a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente fosse possível (Faleiros; Faleiros, 2007).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é fruto de lutas e articulações que foram sendo criadas no decorrer do tempo e permitiram uma intervenção efetiva da sociedade

na criação de políticas públicas que atendessem as demandas dos adolescentes e das crianças. Assim, foram criadas e ampliadas diretrizes específicas para o atendimento de crianças e jovens (Cruz *et al.*, 2005).

2.2 A POLÍCIA MILITAR NO COMBATE AO TRÁFICO

Diante dos aspectos apresentados sobre as questões políticas e sociais acerca da entrada de jovens no mundo das drogas, ações efetivas demandam um acompanhamento incisivo das forças de segurança. Desta maneira, aponta-se a prevenção como uma alternativa essencial no âmbito da segurança pública. Desenvolver políticas e alternativas que possam resultar no afastamento do consumo de substâncias ilícitas são estratégias que possuem o poder de desestimular e enfraquecer a comercialização de drogas e conseqüentemente o tráfico (Freitas, 2009).

O controle do processo de comercialização é um importante fator para que se possa alcançar a redução dos índices de tráfico de drogas através da punição de indivíduos que adotam este tipo de prática. Deve-se buscar pelo domínio do interesse público sobre o impacto que o tráfico representa para a saúde pública e para a qualidade de vida da população.

De acordo com Thums e Pacheco (2010), o tráfico de substâncias ilícitas é considerado um importante problema na segurança pública. Isto porque vai além dos reflexos de crimes acerca do consumo e abrange importantes problemas de ordem social. A criminalização do tráfico se dá por meio da Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006 que visa proporcionar uma maior segurança para a população através de dispositivos específicos (Brasil, 2006).

De fato, a criminalização do tráfico trata-se de um importante componente mundialmente conhecido segundo aponta o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Este importante órgão ressalta que a presença de drogas ilícitas ainda se manifesta de maneira efetiva na atualidade e representa uma significativa ameaça para a segurança e o equilíbrio social. Além disso, considera-se que o tráfico remete ao comprometimento do desenvolvimento humano em diferentes perspectivas (UNODC, 2013).

É importante ressaltar que cabe aos profissionais da segurança pública determinar os meios mais adequados para que o problema das drogas possa ser conduzido através de dispositivos legais. Neste contexto, a atuação policial deve estar pautada nos interesses coletivos e na ordem social que é uma importante prerrogativa do Estado (Malvasi, 2012).

O comércio de substâncias ilícitas fica a cargo do Direito Administrativo no que diz respeito à máxima efetividade das ações do Estado direcionadas a este processo. Logo, as ações policiais se envolvem com os mecanismos do Estado com a finalidade de coibir a prática do tráfico através de ações que se desenvolvem ainda por meio do policiamento ostensivo.

De maneira geral, as ações policiais não se pautam inicialmente ao processo de tipificação do crime, mas no desenvolvimento de meios que possam garantir a proteção à vida, à garantia de segurança para a população, à proteção de jovens bem como aos aspectos que compreendem a saúde individual (Jesus, 2009).

É evidente que os reflexos decorrentes do tráfico de substâncias ilícitas podem ser sentidos em diferentes áreas. Portanto a sua abordagem através da atuação das operações policiais deve considerar três importantes elementos: a salubridade, a segurança e a tranquilidade públicas (Malvasi, 2012).

No que se refere necessariamente à segurança pública deve-se considerar que o tráfico de drogas é um importante fator que possui relação com a criação de organizações criminosas que possuem alto poder de influência em determinados locais. Esta perspectiva chama a atenção para a presença de uma espécie de cadeia criminal que se desenvolve por meio da hierarquia e organização.

De acordo com Schelavin (2011), no Brasil, a existência de facções criminosas com estrutura organizada contribui para um considerável impacto no contexto do tráfico de substâncias ilícitas. A presença de hierarquia assim como funções específicas torna o tráfico uma atividade econômica ilícita em determinados territórios. Através da sua atuação, criminosos utilizam mecanismos cada vez mais modernos para obtenção de lucros e facilidade na comunicação e na logística do tráfico.

Trata-se, portanto de uma importante rede de crimes que é articulada por meio de facções criminosas que predominam em uma determinada área, mas possuem membros e influência por todo o país. Este processo que se centra na organização acaba por dificultar as ações das polícia e devido a isso, a rede de distribuição de drogas assim como o consumo que se manifesta cada vez mais cedo vão se ampliando pelo país e pelo mundo (Zaluar, 2004).

Dentro das práticas criminosas decorrentes da rede de tráficos de drogas é possível constatar a presença de outros delitos que tem como finalidade garantir o financiamento das ações a serem desenvolvidas. Assim, o tráfico se utiliza de roubos, furtos, lavagem de dinheiro, clonagem de documentos e cartões, tráfico de armas e tantos outros que acabam por

contribuir para que a prática criminosa de comercialização de substâncias ilícitas possa ser devidamente camuflada (Leite, 2005).

Diante disso, Oliveira (2008) ressalta o papel que os usuários possuem na fomentação do tráfico. Este processo conhecido como tráfico formiguinha alimenta toda uma rede de crimes que gera um importante impacto para a sociedade. Fica evidente portanto, os desafios frequentemente enfrentados pelos agentes de segurança pública e do próprio Estado em definir estratégias que possam ser efetivas no combate ao tráfico e também na promoção da segurança pública através da redução das infrações que decorrem deste processo.

3 METODOLOGIA

A metodologia se deu por meio de uma pesquisa de campo onde a finalidade está na análise das estratégias adotadas pela Polícia Militar do Estado de Goiás na prevenção e combate ao tráfico de substâncias ilícitas. Desta forma, foi escolhido como instrumento de coleta de dados, um questionário composto por questões fechadas. Além disso, foi realizada uma pesquisa em artigos, livros e outras publicações acerca da questão das substâncias ilícitas nos dias atuais.

De maneira geral, foi adotado o Google Forms na elaboração dos questionários que foram encaminhados por meio do link disponibilizados aos profissionais pesquisados através do endereço eletrônico de e-mail ou de aplicativos de mensagens instantâneas. A análise das informações obtidas foi realizada por meio da perspectiva quantitativa.

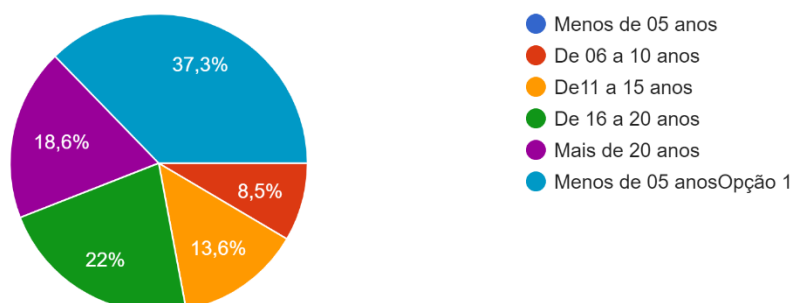
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total de 70 formulários enviados foram recebidos 63 formulários preenchidos. Antes de responder os questionamentos, os profissionais precisariam concordar com os Termo de consentimento Livre e Esclarecido. Desta forma, dentre as respostas obtidas, 60 profissionais pesquisados concordaram plenamente enquanto 2 discordaram e 1 deixou a opção em branco.

Devido à importância do referido termo, os questionários que não concordaram com as afirmações apresentadas assim como o questionário em que esta opção e apresentava em branco foram devidamente eliminados. Logo, esta pesquisa é composta pela percepção de 60 policiais sobre o tema discutindo no contexto teórico. A finalidade é relacionar teoria e prática

para que se possa entender a dinâmica do policiamento na prevenção e combate ao tráfico de substâncias ilícitas.

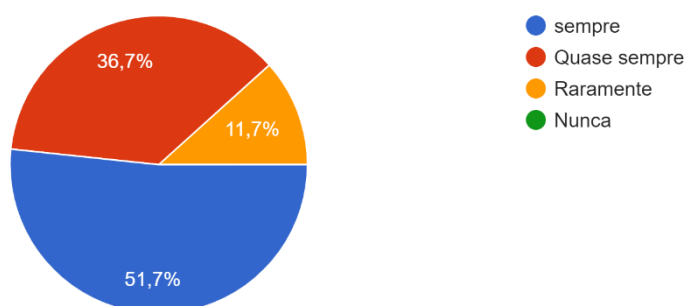
Gráfico 01 – Há quanto tempo atua na Polícia Militar do Estado de Goiás?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O gráfico 01 se direciona à caracterização dos pesquisados em conformidade com o tempo de serviço na Polícia Militar do Estado de Goiás. Do total, 37,3% atuam na corporação há menos de 05 anos enquanto 22% atuam entre 16 e 20 anos. Do total, 18,6% atua há mais de 20 anos e 13,6% entre 11 e 15 anos. Somente 8,5% atua na unidade ente 06 e 10 anos. Percebe-se a existência de profissionais com diferentes tempos de atuação na Polícia Militar ressaltando os diferentes níveis de experiência e vivências profissionais.

Gráfico 02 – Com que frequência o trabalho ostensivo tem se direcionado à prevenção do tráfico de drogas?

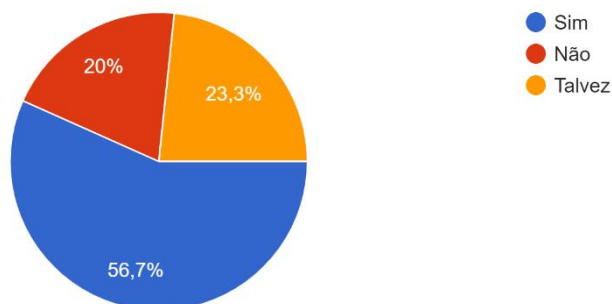


Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

De acordo com o gráfico 02, para 51,7% o trabalho ostensivo sempre se direciona à prevenção do tráfico de drogas. 36,7% do total aponta que isto ocorre quase sempre enquanto 11,7% que raramente este tipo de situação é abordada. Freitas (2009) ressalta que a prevenção é sempre um importante processo a se considerar dentro das ações de policiamento

ostensivo. Desta forma, deve-se compreender esta estratégia como um elemento adicional às ações policiais que se manifestam de maneira repressiva no contexto atual.

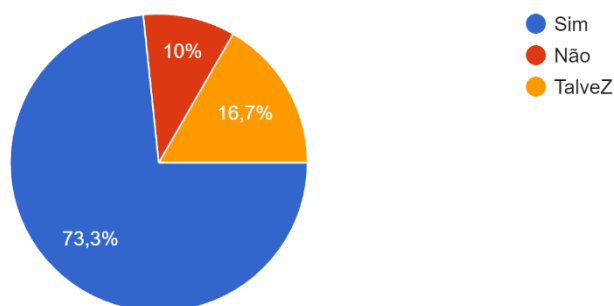
Gráfico 03 – O sr(a) acredita que as estratégias adotadas dentro do policiamento ostensivo no combate ao tráfico de substâncias ilícitas têm se mostrado eficaz nos dias atuais?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O gráfico 03 demonstra que mais da metade (56,7%) considera que as estratégias adotadas pelas ações ostensivas da polícia têm se mostrado eficazes. Do total, 23,3% considera que às vezes estas ações são eficazes enquanto 20% a consideram ineficazes. Marcineiro *et al.* (2002) ressalta que neste contexto as ações ostensivas devem ser devidamente pensadas para que assim a sua eficácia possa ser percebida. Trata-se, portanto, de uma importante dinâmica de atuação que leva em questão o modelo praticado.

Gráfico 04 – Tendo em vista os riscos existentes no combate ao tráfico, as ações de policiamento têm considerado a necessidade de proteção dos policiais militares neste tipo de operação?

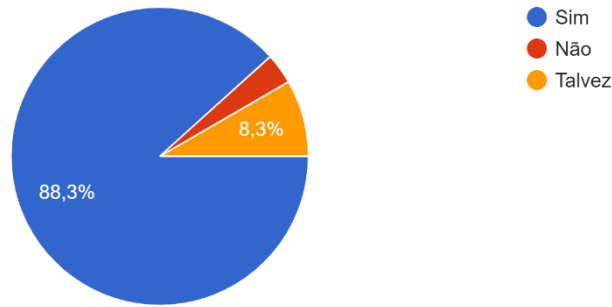


Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

De acordo com o gráfico 04, as ações policiais voltadas ao combate ao tráfico de drogas consideram efetivamente a segurança dos profissionais e os riscos envolvidos. Para 16,7% talvez considerem enquanto 10% aponta que não. Os riscos são apontados por Bezerra

e Da Silva (2022) com fatores que contribuem a construção de estratégias mais eficazes que possam contribuir para uma segurança pública mais efetiva e conseqüentemente para a segurança dos profissionais envolvidos.

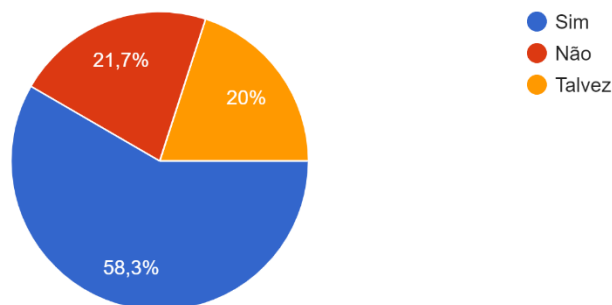
Gráfico 05 – É comum o uso de inteligência estratégica pelos profissionais no desempenho das operações contra o tráfico?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O gráfico 05 ressalta que 88,3% considera essencial o uso da inteligência estratégica nas ações policiais enquanto 8,3% ressalta que talvez este recurso contribua para o desempenhos das operações contra o tráfico. Para 3,3%, este processo não é constatado. Bezerra e Da Silva (2022) também corroboram a percepção da maioria dos profissionais ao apontar a inteligência estratégica e bem estruturada como um elemento indispensável às ações policiais. .

Gráfico 06 – A caracterização dos profissionais e de seus veículos dentro das estratégias ostensiva contribui para o desencorajamento de crimes relacionados ao tráfico?

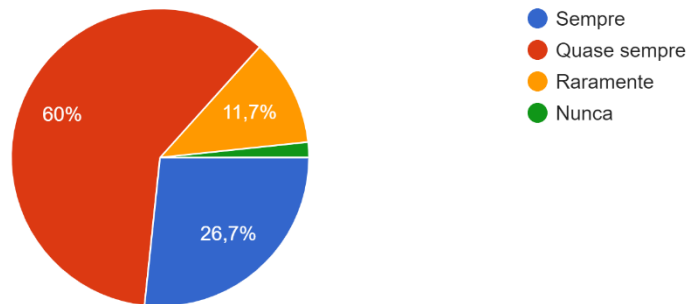


Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O gráfico 06 tem por fundamento refletir sobre os recursos ostensivos no desencorajamento para o tráficos. Os dados apontam que 58,3% consideram que a

caracterização dos profissionais e seus veículos contribuem para esta questão enquanto 20% considera que talvez contribua e para 21% não há contribuição. De maneira geral, a contribuição destes aspectos deve ser amplamente verificada a fim de que se possa constatar qual estratégia resulta na redução deste tipo de crime.

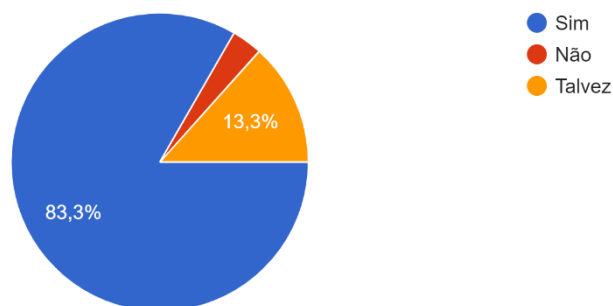
Gráfico 07 – Diante das inovações cada vez mais adotadas por criminosos, com que frequência os recursos tecnológicos utilizados na Polícia Militar tem suprido as demandas no combate ao tráfico?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O gráfico 07 demonstra a constatação acerca dos recursos tecnológicos adotados pela polícia no combate ao tráfico. De acordo com 60% estes recursos quase sempre se mostram presentes nestas ações enquanto 28,7% ressalta que sempre são utilizados. Para 11,7% isto se dá raramente enquanto 1,7% considera que nunca há o seu uso para este fim. Bezerra e Da Silva (2022) apontam que não apenas tecnológicos, mas principalmente os recursos financeiros são amplamente explorados pelo tráfico. Isto requer uma postura mais incisiva da segurança pública para que este processo possa ser combatido.

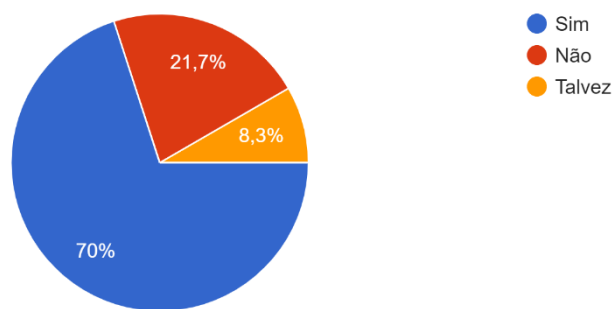
Gráfico 08 – O sr(a) acredita que o tráfico de substâncias ilícitas poderia ser reduzido por meio de intervenções pedagógicas com crianças e jovens?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

As intervenções pedagógicas na infância e adolescência são apontadas como eficazes estratégias preventivas para 83,3% dos pesquisados. Do total, 13,3% considera que talvez contribua para a redução do tráfico enquanto 3,3% acredita que não influencia. Cruz *et. al*, (2005) apontam que existem diferentes mecanismos de proteção à criança e ao adolescente. Apesar disso, deve-se considerar ações mais incisivas diante dos riscos que envolvem a ausência deste tipo de abordagem.

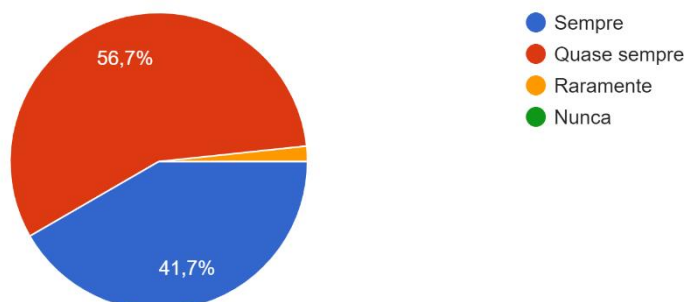
Gráfico 09 – O sr(a) acredita que fatores como o grau de escolaridade e nível social influenciam na criminalidade quando o assunto é tráfico de substâncias ilícitas?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O gráfico 09 aponta uma reflexão sobre as questões sociais. Para 70% o grau de escolaridade e o nível social influencia diretamente na criminalidade e conseqüentemente no tráfico de drogas. Para 21,7% esta influência não existe enquanto 8,3% ressalta que talvez exista. Kaplan *et. al* (1998) aponta as diferentes influências sociais que contribuem para o vício de indivíduos cada vez mais jovens. Diante disso, uma abordagem prévia dos problemas sociais por meio de políticas públicas específicas pode reprimir estes problemas antes que os mesmos se manifestem.

Gráfico 10 – Com que frequência, o tráfico de substâncias ilícitas encontra-se relacionado à outras práticas criminosas como roubos, furtos e homicídios?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

O gráfico 10 demonstra que 56,7% entendem que quase sempre o tráfico de drogas encontra-se relacionado à outras práticas criminosas. Para 41,7% isto ocorre sempre enquanto 1,7% apontam que não há relação ente os crimes e o tráfico de drogas. De acordo com Thums e Pacheco (2010), o tráfico de drogas em suas vertentes encontra-se associado à outras práticas criminosas.

5 CONCLUSÃO

Diante da pesquisa realizada, foi possível perceber que a Polícia Militar desenvolve um importante trabalho no combate ao tráfico de substâncias ilícitas. As informações obtidas demonstraram que os policiais sempre ou quase sempre atuam diretamente no combate a ocorrências que envolvem o combate ao tráfico de drogas demonstrando que esta é uma prática frequente na sociedade.

Nos dias atuais, as estratégias adotadas são consideradas eficazes pelos próprios profissionais e embora os riscos das operações sejam considerados relevantes, a proteção dos policiais em ocorrências envolvendo o combate ao tráfico de drogas é uma preocupação comum à corporação.

Este processo se manifesta em grande parte pela caracterização dos profissionais e dos veículos utilizados dentro do trabalho ostensivo. Desta maneira, as condutas realizadas levam em conta a necessidade de que se possa desmotivar a prática do crime de tráfico mediante a presença policial em locais que apresentam vulnerabilidade.

Além disso, é fundamental que a polícia possam desencadear ações que se baseiem na evolução da criminalidade por meio da inserção de recursos tecnológicos específicos que atendam as demanda da segurança pública e contribuam para operações mais assertivas. Outro aspecto essencial neste contexto consiste na possibilidade de desenvolver mecanismos de prevenção pautados em recursos pedagógicos a serem utilizados cada vez mais cedo.

Desta forma, a conscientização sobre o riscos do tráfico de drogas associada à prevenção necessária para que cada vez menos os jovens sejam inseridos no mundo do crime, faz com que esta realidade possa de fato, ser transformada. Esta percepção deve se basear na necessidade de que os aspectos socioeconômicos possam ser considerados dentro das ações preventivas.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, José Carlos Costa. DA SILVA, Dogivan José. **Cenário de operações policiais militares**: conhecendo o serviço de policiamento do 10º BPM. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/2278/1/TCC%20ST%20PM%2027.592%20BEZERRA.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2023.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].
- _____. **Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 29 dez. 2023.
- CRUZ, LÍLIAN; HILLESHEIM, Betina; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **Infância e políticas públicas**: um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 3, 2005.
- DE SOUZA CASTRO, A. L., GUARESCHI, P. A. **Adolescentes autores de atos infracionais**: processos de exclusão e formas de subjetivação. 2007.
- FREITAS, Juarez. **O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- FALEIROS, Vicente P.; FALEIROS, Eva S. **Escola que Protege**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.
- GUIOT ER, Bautista CF, Icaza MEMM, Morón MA, Rodríguez MD. **Consumo de alcohol y drogas em estudantes de Pachuca**, Hidalgo. *Salud Publ Mex*. 1999; 41:296-308.
- IPEA. **O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal**: esclarecimentos necessários. 2012. Disponível em : http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150616_ntdisoc_n20> Acesso em: 26 dez. 2023.
- JESUS, Damásio de. **Lei antidrogas anotada**: comentários à lei nº 11.343 de 2006. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- KAPLAN SJ, Salzinger S, Weiner M, Mndel FS, Lesser ML, Labruna VE. **Adolescent physical abuse**: risk for adolescent psychiatric disorders. *Am J Psychiatr*. 1998;155:954-9.
- LEITE, Márcia Pereira. **Violência, insegurança e cidadania**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.socialwatch.org/sites/default/files/pdf/en/panorbrasileiroe2005_bra.pdf. Acesso em: 29 dez. 2023.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da vida loka**: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. 2012. 287 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARCINEIRO, N.; ALVES, Caio Augusto dos Santos; JÚNIOR, Edson da Silva; ROCHA, Giancarlo Nunes da; SANTOS, Rafael Fernandes dos. **Análise criminal e policiamento ostensivo**: uma relação indissociável. 2002. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/549>. Acesso em: 18 dez. 2023.

PEREIRA, S. E. F. N., SUDBRACK, M. F. O. **Drogadição e atos infracionais na voz do adolescente em conflito com a lei**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 24(2), 151-159. 2008.

SCHELAVIN, José Ivan. **A teia do crime organizado**: documentário: Força Nacional de Segurança Pública e operação no Rio de Janeiro; crime organizado: "poder paralelo", "modus operandi" e meios de controle. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

SILVA, E.; GUERESI, S. **Adolescentes em conflito com a lei**: situação do atendimento institucional no Brasil. Texto para discussão nº 979. Ipea, Brasília. 2003.

THUMS, Gilberto; PACHECO, Vilmar. **Nova lei de drogas**: crimes, investigação e processo. 3. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUG AND CRIME – UNODC. **Relatório mundial sobre drogas 2013**. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/relatorio-mundial-sobre-drogas.html>. Acesso em: 28 dez. 2023.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

01 – Há quanto tempo atua na Polícia Militar do Estado de Goiás?

Menos de 05 anos

De 06 a 10 anos

De 11 a 15 anos

De 16 a 20 anos

Mais de 20 anos

02 – Com que frequência o trabalho ostensivo tem se direcionado à prevenção do tráfico de drogas?

Sempre

Quase sempre

Às vezes

Raramente

Nunca

03 – O sr(a) acredita que as estratégias adotadas dentro do policiamento ostensivo no combate ao tráfico de substâncias ilícitas têm se mostrado eficaz nos dias atuais?

Sim

Não

Talvez

04 – Tendo em vista os riscos existentes no combate ao tráfico, as ações de policiamento têm considerado a necessidade de proteção dos policiais militares neste tipo de operação?

Sim

Não

Talvez

05 – É comum o uso de inteligência estratégica pelos profissionais no desempenho das operações contra o tráfico?

Sim

Não

Talvez

06 – A caracterização dos profissionais e de seus veículos dentro das estratégias ostensiva contribui para o desencorajamento de crimes relacionados ao tráfico?

Sim

Não

Talvez

07 – Diante das inovações cada vez mais adotadas por criminosos, com que frequência os recursos tecnológicos utilizados na Polícia Militar tem suprido as demandas no combate ao tráfico?

Sempre

Quase sempre

Às vezes

Raramente

Nunca

08 – O sr(a) acredita que o tráfico de substâncias ilícitas poderia ser reduzido por meio de intervenções pedagógicas com crianças e jovens?

Sim

Não

Talvez

09 – O sr(a) acredita que fatores como o grau de escolaridade e nível social influenciam na criminalidade quando o assunto é tráfico de substâncias ilícitas?

Sim

Não

Talvez

10 – Em sua opinião, as medidas socioeducativas assim como a ressocialização são capazes de promover a redução da prática do tráfico de substâncias ilícitas?

Sim

Não

Talvez

11 – Em sua opinião a existência de políticas públicas específicas podem contribuir para a redução do consumo e conseqüentemente do tráfico de substâncias ilícitas?

Sim

Não

Talvez

12 – Com que frequência, o tráfico de substâncias ilícitas encontra-se relacionado à outras práticas criminosas como roubos, furtos e homicídios?

Sempre

Quase sempre

Às vezes

Raramente

Nunca